

PSOL aciona STF contra nova exploração de minerais

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) buscou a suspensão de decretos e resoluções federais que tratam dos mecanismos de fiscalização da exploração de minerais e alega que o descumprimento de preceito fundamental foi distribuído.

O autor da ação questiona os Decretos 10.965/2022. O primeiro criou o Conselho de Análise de Projetos de Mineração (CTAPME), que centraliza a avaliação de empreendimentos classificados prioritários. Já o segundo altera a legislação de Mineração para simplificar etapas e agilizar o licenciamento ambiental de empreendimentos enquadrados na categoria de mineração.

O partido também sustenta que a Agência Nacional de Mineração (ANM), por meio das Resoluções 122/2022, vem priorizando empreendimentos estratégicos sem considerar impactos sobre comunidades e ecossistemas sensíveis, especialmente em regiões como o Vale do Jequitinhonha, onde há elevado riscos sociais, ambientais e sanitários.

Histórico

Na ação, o PSOL afirma que o novo modelo de licenciamento para atividades minerais, em resposta a tragédias como as de Mariana (2015) e Brumadinho, resultou no enfraquecimento da fiscalização estatal.

A legenda pede que o STF restaure o controle técnico do licenciamento e na fiscalização de atividades minerárias. As mudanças questionadas permitem a tramitação acelerada de projetos sem a devida avaliação científica e social, comprometendo a segurança ambiental e ecológica. Com a implementação das alterações da assessoria de imprensa.

ADPF 1.279

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-29/psol-aciona-stf-contra-nova-exploracao-de-minerais>

